



FERTILIZANTES HERINGER S.A. - CNPJ Nº 22.266.175/0001-88 - Em Recuperação Judicial

Senhores acionistas,
No sentido de atender as disposições legais, a Fertilizantes Heringer S.A. – Em Recuperação Judicial, apresenta a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e das respectivas notas explicativas.
A Companhia reitera, que em 20 de dezembro de 2021, comunicou através de fato relevante a todos os acionistas e ao mercado em geral, a celebração de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, firmado entre o grupo de controle Heringer Participações e Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda., naquele momento, o fechamento da Operação estava sujeito à verificação de condições usuais para este tipo de negócio, incluindo, mas não se limitando, à aprovação da operação pelas autoridades brasileiras de defesa da concorrência (Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE). A aprovação ocorreu no dia 26 de janeiro de 2022, e foi divulgada na mesma data a todos os acionistas e ao mercado em geral, através de um novo fato relevante apresentado à CVM/83. A aprovação foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), e as partes aguardaram 15 dias de prazo recursal, o qual se encerrou no dia 11 de fevereiro de 2022, transitando em julgado o Ato de Concentração.
No dia 16 de fevereiro de 2022, a Companhia protocolou o pedido de encerramento da Recuperação Judicial perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Paulínia, em razão do (i) decurso do prazo de 2 (dois) anos contados da concessão de sua recuperação judicial; e (ii) fiel cumprimento das obrigações assumidas no âmbito do plano aprovado. O pedido foi deferido em 22 de março de 2022, encerrando-se então o processo da Recuperação Judicial, concluindo um importante ciclo de reestruturação das operações, confirmando a continuidade do curso normal dos negócios da Companhia.
No dia 25 de fevereiro de 2022, foi convocada uma Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 31 de março de 2022, no âmbito da aquisição da totalidade do capital social da Heringer Participações Ltda., acionista controladora da Companhia, pela Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda. ("Compradora").
No dia 28 de março de 2022, a Companhia informou através de fato relevante publicado aos seus acionistas e ao mercado em geral que, recebeu comunicação da sua acionista controladora Heringer Participações Ltda. juntamente de seus sócios, informando sobre o fechamento da operação contemplada no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, em continuidade aos avisos de fato relevante divulgados em 20 de dezembro de 2021 e 26 de janeiro de 2022.
Mesmo após o longo período de pandemia da Covid-19, a Companhia destaca que não sofreu impactos negativos em seu negócio, visto a mesma estar inserida no agronegócio o qual há muitos anos vem sendo o grande pilar da macroeconomia brasileira. A agricultura brasileira costuma ser um setor menos afetado, uma vez considerada como atividade essencial e a população precisa alimentar-se mesmo em face de desemprego e redução de renda. Especificamente no Brasil, considerado um dos maiores exportadores mundiais de grãos e demais produtos agrícolas, ainda assim, a pandemia de Covid-19 trouxe muita incerteza e volatilidade ao mercado das commodities agrícolas.
Toda a continuidade da operação de colaboradores trabalhando nos escritórios, priorizando a realização de trabalhos home office para as áreas administrativas, no entanto, quando não é possível o trabalho remoto, são fornecidas condições adequadas para a realização dos trabalhos de forma a evitar o contágio, como por exemplo o fornecimento de álcool em gel e máscaras, aumento do número de ônibus para transporte de colaboradores, distanciamento durante realização de refeições no restaurante, comunicações e instruções sobre como se comportar e utilizar os equipamentos de segurança e proteção, informações atualizadas sobre casos suspeitos ou testados positivos com respectivas providências tomadas para cada caso.
Todas as ações citadas não têm sido exaustivas. A Companhia continua atuando diante de cada situação ou caso específico, buscando ser o mais eficiente, adequada, sensata e completa possível, à medida que o processo de aprendizado natural face um evento completamente novo e recente vem se tornando mais conhecida e compreendida na sociedade como um todo.
No final de fevereiro de 2022, deu-se início a operação militar da Rússia no território Ucrainiano. O Brasil tem uma forte dependência das importações de fertilizantes para suportar a demanda interna, e isso ficou ainda mais claro para o agronegócio brasileiro diante do cenário de guerra no leste europeu. A Rússia é o 2º produtor mundial de potássio, respondendo por cerca de 20% da produção global. É também o 1º produtor de fertilizantes nitrogenados e o 4º de fertilizantes fosfatados. Em 2021, respondeu por 23% das importações de fertilizantes feitas pelo Brasil. O cenário de potássio é de grande importância no processo produtivo da Companhia e está sempre no topo de nossas atenções e até o presente momento temos suprimentos adequados e em linha com a demanda prevista no programa de vendas para o primeiro semestre, que é normal no curso regular dos negócios.
Em nossa análise, não existe riscos relevantes para os demais nutrientes, já que os fornecedores estão distribuídos em diferentes regiões ao redor do mundo.
Neste momento qualquer previsão em relação ao conflito e suas consequências é muito incerta. A Companhia está trabalhando no sentido de mitigar os riscos de abastecimento, buscando a todo instante alternativas possíveis para atender a sua demanda. Os preços dos fertilizantes se encontram em patamares elevados, por outro lado, os valores das commodities agrícolas também se encontram em níveis elevados, fazendo com que as relações de troca produtiva agrícola versus fertilizante ainda tragam uma boa rentabilidade para os agricultores, proporcionando à Companhia praticar preços de acordo com a reposição dos custos, principalmente pela preocupação do agricultor em garantir o fertilizante para a próxima safra.

CONJUNTURA E PERSPECTIVAS
O Brasil produz na safra de grãos de 2020/2021, mais de 255 milhões de toneladas, segundo a CONAB, e deverá colher cerca de 265 milhões de toneladas na safra 2021/2022, enquanto a área plantada deverá ser por volta de 72,7 milhões de hectares, com produtividade média esperada de 3,65 ton/ha.
A Heringer estima que o consumo brasileiro de fertilizantes em 2022 deve apresentar um crescimento de cerca de 0,3% em relação a 2021, podendo atingir patamares próximos a 46,0 milhões de toneladas.
As importações de fertilizantes atingiram um novo recorde de 39,2 milhões de toneladas em 2021, historicamente correspondendo a mais de 80% dos fertilizantes consumidos no Brasil, que por sua vez não é autossuficiente na produção dos insumos para atender o mercado. Em 2022, a participação das importações para o consumo local tende a se manter em níveis semelhantes ao apresentado em 2021.
HERINGER
O Core Business das Fertilizantes Heringer se baseia na aquisição de matérias primas, principalmente oriundas do mercado internacional, preponderantemente do hemisfério norte, posteriormente industrializado e distribuído no mercado nacional.
DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS UNIDADES DE MISTURA HERINGER 2021



Atualmente a atividade da Companhia conta com onze unidades ativas e três unidades que ainda se encontram hibernadas, totalizando 14 unidades.
Capacidades unidades ativas:
Instalada: 4.225 K/Tons
Armazenagem: 638 K/Tons

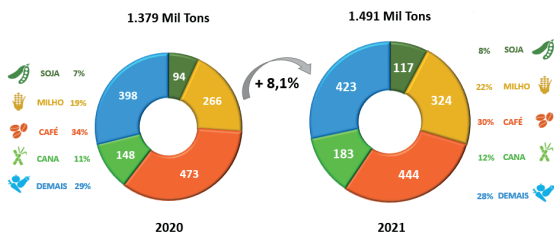
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2021



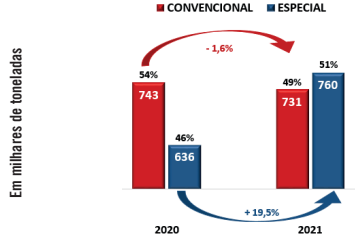
Atualmente a atividade da Companhia conta com onze unidades ativas e três unidades que ainda se encontram hibernadas, totalizando 14 unidades.
Capacidades unidades ativas:
Instalada: 4.225 K/Tons
Armazenagem: 638 K/Tons

ENTREGAS - HERINGER

O ano de 2021 teve um incremento de mais de 8% nas entregas quando comparado ao ano de 2020, com café e demais culturas representando 58% das entregas totais.
A Companhia mantém um perfil de distribuição dos seus produtos por culturas mais diversificado do que o mercado, o que permite mitigar riscos associados a crédito e preços nos possibilitando buscar a melhor operação em cada região.



As entregas dos produtos especiais no ano de 2021 foram bem superiores a 2020, apresentando crescimento de 19,5% no volume, e atingindo 51% do total entregue no ano.



ECONÔMICO FINANCEIRO

Receita Líquida: Impactada positivamente também pelo aumento do volume entregue e por maiores preços de venda motivados pelo significativo aumento dos custos dos insumos.
Lucro Bruto: Melhor margem bruta e melhor lucro bruto já registrados pela Companhia historicamente.
Outras: Esse valor deve-se principalmente ao ganho relativo à efetivação da operação de venda da unidade de Uberaba.
EBITDA: Melhor EBITDA e melhor margem EBITDA já atingida pela Companhia historicamente.
Resultado Líquido: Expressiva melhoria de performance nas atividades da Companhia como um todo, gerando importante lucro líquido de cerca de 16% da receita líquida, o que é uma importante melhoria em relação a 2020 (quando a Companhia percebeu relevante impacto negativo de variação cambial não realizada). Além disso, a Companhia contemplou efeito positivo de cerca de R\$ 100 milhões a título de reconhecimento de tributos federais diferidos a realizar nos próximos períodos futuros.

| (R\$ MIL) | 2021 | % RL | 2020 | % RL | Δ % 21/20 |
|---|--------------------|---------------|--------------------|---------------|---------------|
| Volume | 1.491.026 | | 1.379.018 | | 8,1% |
| Receita Líquida | 4.291.368 | 100,0% | 2.214.192 | 100,0% | 93,8% |
| CPV | (1.820.056) | -76,7% | (1.896.292) | -85,6% | 73,6% |
| Lucro Bruto | 999.313 | 23,3% | 317.900 | 14,4% | 214,3% |
| Fretes e Comissões | (97.711) | -2,3% | (68.772) | -3,1% | 42,1% |
| VG&A | (123.520) | -2,9% | (102.262) | -4,6% | 21,2% |
| Outras receitas operacionais, Líquidas | 62.507 | 1,5% | 7.863 | 0,4% | 695,0% |
| EBITDA | 870.119 | 20,3% | 182.507 | 8,2% | 376,8% |
| Resultado Financeiro Líquido | (156.093) | -3,6% | (348.344) | -15,7% | -55,2% |
| Resultado Líquido | 667.210 | 15,5% | (199.183) | -9,0% | 435,0% |

Variação Cambial: referente às dívidas em moeda estrangeira (RJ), devido à desvalorização do Real. Vale destacar, que a dívida em moeda estrangeira associada a RJ é de longo prazo, iniciando-se os pagamentos em dezembro de 2023.
Demais despesas financeiras: referem-se aos encargos da dívida da RJ e dos empréstimos de curto prazo.

| | 2021 | % RL | 2020 | % RL | Δ % 21/20 |
|--|------------------|--------------|------------------|---------------|---------------|
| EBITDA | 870.119 | 20,3% | 182.507 | 8,2% | 376,8% |
| Despesas Financeiras | (156.093) | -3,6% | (348.344) | -15,7% | -55,2% |
| Variação Cambial Líquida (não realizada) | (55.234) | -1,3% | (254.739) | -11,5% | -78,3% |
| Juros da RJ / Empréstimos e Demais Despesas Financeiras | (100.859) | -2,4% | (93.605) | -4,2% | 7,7% |
| IR/CS e Depreciação | (46.814) | -1,1% | (33.346) | -1,5% | 40,4% |
| Resultado Líquido | 667.210 | 15,5% | (199.183) | -9,0% | 435,0% |

| Balanco patrimonial em 31 de dezembro (Em milhares de reais) | | | | |
|---|------|------------------|------------------|--|
| | Nota | 2021 | 2020 | |
| Ativo | | | | |
| Ativo circulante | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 30.647 | 39.970 | |
| Contas a receber de clientes | 4 | 316.763 | 186.650 | |
| Estoques | 5 | 1.509.187 | 587.931 | |
| Tributos a recuperar | 6 | 80.170 | 32.515 | |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | 7.a | 53.327 | 60.093 | |
| Outros ativos | 8 | 56.194 | 29.758 | |
| | | 2.046.288 | 936.917 | |
| Ativo não circulante mantido para venda | 27 | - | 15.765 | |
| | | 2.046.288 | 952.682 | |
| Ativo não circulante | | | | |
| Contas a receber de clientes | 4 | - | 16 | |
| Tributos a recuperar | 6 | 203.159 | 254.133 | |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | 7.a | 75.081 | 114.009 | |
| Outros ativos | 8 | 27.551 | 10.015 | |
| Créditos tributários adquiridos | 14 | 37.937 | 34.627 | |
| Depósitos judiciais | 14 | 20.726 | 20.173 | |
| Imobilizado | 10 | 463.900 | 418.239 | |
| Intangível | | 6.731 | 7.019 | |
| | | 835.085 | 858.231 | |
| | | 2.881.373 | 1.810.913 | |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. | | | | |

| Passivo e patrimônio líquido | | | | |
|---|-----|------------------|------------------|--|
| Passivo circulante | | | | |
| Fornecedores | 11 | 421.904 | 317.836 | |
| Fornecedores - RJ | 11 | 933 | - | |
| Empréstimos e financiamentos | 12 | 482.783 | 267.536 | |
| Salários e encargos sociais | 12 | 22.622 | 17.419 | |
| Salários e encargos sociais - RJ | 13 | 268 | 8.353 | |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | 13 | 36.719 | - | |
| Tributos a recolher | 14 | 2.480 | 4.237 | |
| Adiantamentos de clientes | 4 | 57.825 | 20.878 | |
| Outros passivos | 16 | 167.581 | 56.195 | |
| | | 1.193.115 | 692.554 | |
| Passivo não circulante | | | | |
| Fornecedores | 11 | 29.128 | 12.672 | |
| Fornecedores - RJ | 13 | 655.254 | 573.672 | |
| Empréstimos e financiamentos | 12 | 18.094 | 40.281 | |
| Empréstimos e financiamentos - RJ | 13 | 312.649 | 347.016 | |
| Provisão para contingências | 14 | 47.614 | 24.572 | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 7.b | 106.428 | 258.065 | |
| | | 1.169.167 | 1.266.578 | |
| | | 2.362.282 | 1.959.032 | |
| Total do passivo | | | | |
| Patrimônio líquido | 15 | | | |
| Capital social | | 585.518 | 585.518 | |
| Ajuste de avaliação patrimonial | | 37.800 | 38.393 | |
| Prejuízos acumulados | | (104.227) | (772.030) | |
| Total do patrimônio líquido | | 519.091 | (148.119) | |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 2.881.373 | 1.810.913 | |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. | | | | |

| Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais) | | | | |
|--|----------------|---------------------------------|----------------------|-----------|
| | Capital social | Ajuste de avaliação patrimonial | Prejuízos acumulados | Total |
| Saldos em 1º de janeiro de 2020 | 585.518 | 39.393 | (573.444) | 51.067 |
| Prejuízo do exercício | - | - | (199.183) | (199.183) |
| Realização de custo atribuído, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos | - | (600) | 600 | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 585.518 | 38.393 | (772.030) | (148.119) |
| Lucro líquido do exercício | - | (593) | 667.210 | 667.210 |
| Realização de custo atribuído, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos | - | - | 593 | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 585.518 | 37.800 | (104.227) | 519.091 |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. | | | | |

| Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais) | | | | |
|---|-----------|-----------|--------------------|--------------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | | |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | 686.460 | (193.615) | 41.046 | 161.840 |
| Despesas (receitas) que não afetam o caixa: | | | (7.879) | 414 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (1.869) | (1.102) | (1.757) | (3.957) |
| Ajuste a valor justo - subcarteira negociada | 2.602 | (881) | 2.480 | 13.644 |
| Ajuste a valor presente contas a receber | 619 | 139 | 107.845 | (8.658) |
| Provisão (reversão) para perdas nos estoques | 466 | (4.574) | (838.488) | (13.208) |
| Depreciação e amortização | 27.565 | 27.878 | (134.167) | - |
| Bonificação de comprats | (1.717) | (19.161) | (72.502) | (37.271) |
| Perda (ganho) na alienação de bens do ativo imobilizado | (33.894) | (660) | (160.445) | (101.735) |
| Provisão para férias, 13º salário e participação nos resultados | 4.847 | 8.648 | - | - |
| Provisão (reversão) de provisões para contingências, líquidas | 8.798 | 2.523 | (80.861) | (26.251) |
| Provisão (reversão) desajuste sobre créditos tributários adquiridos | (2.514) | (2.639) | (30) | (99) |
| Juros, variações cambiais, variações cambiais não realizados das contas a receber, importações em andamento, de contas a pagar, provisão para contingências e de empréstimos e financiamentos | 107.271 | (83.027) | 2.613 | 2.204 |
| Juros não realizados do passivo em recuperação judicial | 86.078 | 215.215 | (78.278) | (24.146) |
| | 884.712 | (51.256) | 3.011.401 | 1.775.765 |
| | | | (2.782.001) | (1.629.948) |
| Redução (aumento) nas contas de ativos | | | 229.440 | 145.817 |
| Contas a receber de clientes | (131.449) | (12.232) | (9.323) | 19.936 |
| Estoques | (926.875) | (236.868) | 39.970 | 20.634 |
| Tributos a recuperar | 51 | 58.022 | 30.647 | 39.970 |
| Outros ativos | (7.959) | 1.522 | - | - |
| Depósitos judiciais | 90 | 13.065 | - | - |
| Aumento (redução) nas contas de passivos | | | 18.333 | - |
| | | | 229.440 | 145.817 |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. | | | | |

1. Fertilizantes Heringer S.A. - em Recuperação Judicial ("Heringer" ou "Companhia"), com sede no município de Viana no Espírito Santo, tem como atividade preponderante a industrialização e a comercialização de fertilizantes, possuindo no total 15 unidades de mistura, distribuídas nas regiões Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Sul do Brasil. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui com 11 unidades de misturas (Viana/ES, Manhuaçu, Iguatema e Três Corações/MG, Candéias/BA, Ourinhos, Paulínia e Paulínia/SP, Catalão e Rio Verde/GO, Duquênópolis/MS e Rosário do Catete/SE). Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia opera com 9 unidades de mistura e outras 5 unidades hibernadas.
Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia permanece com 3 unidades hibernadas (Porto Alegre e Rio Grande/RS e Paraná/PR). Ressalta-se, que no Paraná, além de uma unidade de mistura, a Companhia possui também uma unidade de produção de ácido sulfúrico e uma unidade de produção de Super Fosfato Simples ("SSP").
No segundo trimestre de 2022, a Companhia adota continuidade ao seu plano estratégico de crescimento, pretendendo retornar as operações na unidade de mistura de Rio Grande do Sul, com intuito de atender a demanda do Sul do país, visto, que, é uma região estratégica para distribuição de fertilizantes.
No dia 20 de dezembro de 2021, a Companhia recebeu comunicação da sua acionista controladora Heringer Participações Ltda. ("HeringerPar"), juntamente de seus sócios, informando sobre a celebração de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Compra e Venda"), entre, de um lado, Dalton Dias Heringer, Emy de Miranda Heringer, Dalton Carlos Heringer e Juliana Heringer Rzezzek ("Vendedores"), e, de outro lado, Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda. ("Compradora"), tendo como partes intervenientes-anuentes a Companhia, a Fertilizantes Tocantins S.A. (FTO) e a HeringerPar, sociedade (i) cujas quotas são detidas intertamente pelos Vendedores e (ii) que é titular de 27.728.139 ações ordinárias nominativas equivalentes a 51,48% do capital social total e votante da Companhia ("Ações Heringer").
Por meio do Contrato de Compra e Venda, os Vendedores comprometem-se a alienar para a Compradora a totalidade das quotas do capital social da HeringerPar pelo valor total de R\$ 54.563 ("Preço de Aquisição") ("Operação"). O Preço de Aquisição está sujeito a certos mecanismos de ajuste que são comuns em operações dessa natureza e, para os fins do artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações e da Instrução CVM nº 361 de 2002, o Preço de Aquisição foi -ressalvados os impactos contábeis dos mecanismos de ajuste de preço mencionados acima - em princípio considerado como 100% atribuíveis às Ações Heringer, equivalente a um preço por ação da Companhia na Operação de R\$ 20,00.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia procedeu também com o leilão de determinados bens conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial. Este trabalho preparatório foi alongado na medida da complexidade e dimensão dos negócios da Companhia, face à existência de um elevado número de processos e procedimentos operacionais e financeiros com impacto nas premissas usadas pela Administração e na quantidade e diversidade de informações.
O Plano de recuperação judicial aprovado consistiu basicamente no repertório da dívida por meio de condições de prazos e taxas de juros diferenciadas para cada classe de credores.
No referido Plano de Recuperação Judicial, são apresentadas as seguintes classes de credores: Classe I - Trabalhistas; (ii) Classe II - Garantia real; (iii) Classe III - Quirografários; (iv) Classe IV - Quirografários (ME/EPP).
As condições de pagamento específicas a cada creditor foram definidas por meio de opções apresentadas no Plano de recuperação judicial e manifestadas pelos próprios credores, em 20 de março de 2020, 30 (trinta) dias contados publicação da homologação da Recuperação Judicial.
O Plano de recuperação judicial apresentado pelo Administrador Judicial, nos autos do processo 1000339-55.2019.8.26.0428, está disponível para consulta no endereço eletrônico da Companhia (<http://ri.heringer.com.br/>) (não revisado) e no site do Tribunal de Justiça (<http://www.tjsp.jus.br/>) (não revisado), e as informações abaixo resumidas devem ser lidas em conjunto com o Plano de recuperação judicial propriamente dito. Em caso de eventuais divergências entre o resumo above e o Plano de recuperação judicial, deverá prevalecer o disposto no Plano de recuperação judicial.
A Companhia vem rigorosamente cumprindo o disposto nos pressupostos do Plano de Recuperação Judicial, considerando os pagamentos para classe I - Trabalhista, a qual está praticamente liquidada, assim como, pagamentos de até 1,5 para credores das classes II - Garantia Real e III - Quirografários. Vale ressaltar que para classe IV - Quirografários EPP/ME foram liquidadas três parcelas até 31 de dezembro de 2021, considerando a opção de cada creditor informada no Plano de Recuperação Judicial.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia procedeu também com o leilão de determinados bens conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial para aceleração de pagamentos da Classe I - Trabalhista, ao qual resultou na venda de uma série de ativos não operacionais, o qual gerou o montante de R\$ 7.854, que se encontra depositado em juízo, ao qual a Companhia solicitou ao juiz responsável pelo processo de recuperação judicial a liberação do recurso para o caixa da Companhia considerando que a dívida trabalhista encontra-se praticamente liquidada e, tal montante é importante para fomentar o processo de recuperação judicial.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante atualizado e depositado em juízo pertencentes aos leilões corresponde R\$ 9.600, considerando o exercicio corrente de 2021 a Companhia procedeu com leilões complementares para arreates de bens não alienados no leilão anterior. Os bens residuais ofertados, tratam-se basicamente de equipamentos industriais,

FERTILIZANTES HERINGER S.A.

CNPJ/ME 22.266.175/0001-88 - Em Recuperação Judicial

(b) Terrenos, edifícios e construções

Para os terrenos, edifícios e construções, a avaliação do valor justo líquido de despesa de venda, foi realizado pela aplicação do método comparativo de dados do mercado com aplicação de inferência estatística, esse foi realizado com uso software especializado com elementos coletados no mercado imobiliário local nos níveis de precisão e fundamentação específicos.

Para a determinação do valor unitário básico de mercado, foi realizado um levantamento junto ao mercado imobiliário local e pessoas físicas, comparando-se este com outros semelhantes, em oferta ou transacionados, tomando-se o cuidado de considerar as características específicas do imóvel em questão.

Com relação às edificações e melhorias, foi considerado o custo de reprodução ou de substituição de construções similares, conforme projeto ou custos padrões oficiais com anulação de acréscimos ou decréscimos, além das respectivas depreciações, considerando o estado de conservação em que se encontram durante as vistas técnicas.

Para a determinação do valor da edificação consideramos os materiais empregados, padrão construtivo e suas características específicas. Todas as informações contidas nos laudos de avaliação estão em conformidade com a NBR 14.653 da ABNT.

Como resultado dos testes realizados, apurou-se que o valor justo líquido de despesa de venda dos ativos das unidades hibridadas totaliza R\$ 159.553, portanto, nenhum ajuste ao valor recuperável ("impairment") se fez necessário.

11. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Essa são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui um saldo de bonificações de compras junto fornecedores estrangeiros no valor de R\$ 20.265, a qual serão utilizadas somente após liquidações de dívidas inscritas na recuperação judicial, sendo assim, a Companhia procedeu com cálculo e ajuste a valor presente no montante de R\$ 18.803. Portanto, não há reconhecimento remanescente no montante de R\$ 1.466, a administração procedeu com a provisão para perda, considerando o extenso prazo para realização.

Em 31 de dezembro de 2021, considerando a existência de garantias de liquidez imediata junto aos credores, o montante de R\$ 266.678 (R\$ 305.879 em 31 de dezembro de 2020) foi considerado como extracurricular na Recuperação Judicial e está apresentado do passivo circulante. Consequentemente não seguem os fluxos de pagamento apresentados na recuperação e por esse motivo está apresentado separadamente no passivo. O saldo remanescente refere-se a valores a pagar no fluxo normal das operações da Companhia, não há saldo em atraso em 31 de dezembro de 2021.

12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são passivos financeiros e são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acréscimos de encargos, juros e custos de transação não amortizados proporcionais ao período incorrido, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os valores contábil e valor justo dos empréstimos e financiamentos estão descritos na Nota 23.

| | Taxa de juros contratual | Taxa de juros efetiva | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
|-------------------|--------------------------|-----------------------|------------------------|------------------------|
| Moeda nacional | | | | |
| Capital de giro | 18,96 % a.a. | 18,96 % a.a. | 475.398 | 267.944 |
| Mútuo | TR + 4% a.a. | TR + 4% a.a. | 16.261 | 36.455 |
| Finame | 2,5% a.a. | 2,5% a.a. | 5 | 4 |
| Finimp | 17,0% a.a. | 17,0% a.a. | 7.000 | 241 |
| Outras obrigações | Libor + 3,0% a.a. | Libor + 3,0% a.a. | 500.877 | 307.817 |
| Circulante | | | 1.000.000 | 604.281 |
| Não circulante | | | 500.877 | 307.817 |

Abaixo, seguem informações adicionais sobre as modalidades dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia:

(i) Capital de giro

Refere-se à operação de empréstimos com instituições financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as operações de capital de giro de curto prazo, referem-se basicamente a operações de desconto de recebíveis (FIDC's), assim como, considerando a necessidade de capital de giro da Companhia, para reposição de estoque e atendimento às demandas de entregas do segundo semestre, realizo-se tomada de empréstimo junto a fundos de investimentos na modalidade de fomento mercantil.

(ii) Financiamentos de importação

Financiamentos contratados junto a instituições financeiras para financiar a importação de matérias-primas. O prazo de pagamento é de até 360 dias da data de conhecimento de embarque das matérias-primas no exterior ou da data do desembolso da operação.

(iii) Mútuos

Os empréstimos Mútuo a pagar para partes relacionadas referem-se a garantias dadas pelo grupo controlador a credores da Companhia, as quais estão sendo executadas e pago por esses. Os valores serão pagos pela Companhia no prazo de até 12 meses e com ocorrência de juros de TR + 4% a.a.

(iv) Análise de vencimento dos empréstimos e financiamentos

| | 2021 | 2022 | 2023 em diante | Total |
|-------------------|---------|--------|----------------|---------|
| Capital de giro | 482.783 | 18.054 | - | 500.837 |
| Mútuo | 1.833 | - | - | 307.817 |
| Outras obrigações | 267.536 | 38.448 | - | 305.984 |

| | Capital de giro | Finame | Finimp | Obrigações | Mútuo | Total |
|--|-----------------|--------|--------|------------|----------|-------------|
| Em 1º de janeiro de 2020 | 153.034 | 229 | 24 | - | - | 162.583 |
| Captações | 1.772.563 | - | - | 3.203 | - | 1.775.766 |
| (-) Pagamento de principal, incluindo variação cambial | (1.620.560) | (180) | - | (9.209) | - | (1.629.949) |
| (-) Pagamento de juros | (37.266) | (5) | - | - | - | (37.271) |
| Provisão de juros | 173 | 5 | - | - | - | 178 |
| Transferências (i) | - | - | - | - | 36.455 | 36.455 |
| Em 31 de dezembro de 2020 | 267.944 | 49 | 241 | 3.178 | 36.455 | 307.817 |
| Captações | 3.002.598 | - | 7.000 | 1.803 | - | 3.011.401 |
| (-) Pagamento de principal, incluindo variação cambial | (2.722.800) | (44) | (241) | (2.718) | (56.198) | (2.782.001) |
| (-) Pagamento de juros | (72.344) | (1) | (157) | - | - | (72.502) |
| Provisão de juros | - | 1 | 157 | - | 4.710 | 4.868 |
| Transferências (iii) | - | - | - | - | 314 | 314 |
| Em 31 de dezembro de 2021 | 475.398 | 5 | 7.000 | 2.213 | 16.261 | 500.877 |

Em junho de 2020, o juiz responsável pela recuperação judicial por meio do pedido de impugnação que requereu a extracurricularidade do saldo junto a um de seus credores, portanto, o referido valor foi transferido dos valores da recuperação judicial da Companhia, e reclassificado para rubrica de Empréstimos e Financiamentos de longo prazo.

Os passivos registrados na rubrica Salários e Encargos Sociais - RI, correspondem a dívidas oriundas de indenizações trabalhistas de colaboradores desligados no período entre janeiro e fevereiro de 2019 decorrentes do processo de reestruturação da Companhia, além dos saldos de salários devidos aos colaboradores que se mantiveram ativos.

A movimentação dos saldos inscritos na recuperação são como segue:

| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
|----------------------------------|------------------------|------------------------|
| Fornecedores - RJ (i) | 97.025 | 94.777 |
| Classe II - Garantia Real | 558.683 | 4.465 |
| Classe III - Quirografários | 3.099 | 3.350 |
| Classe IV - Quirografários EPPMP | 656.187 | 573.672 |
| Circulante | 933 | - |
| Não circulante | 655.254 | 573.672 |
| | 656.187 | 573.672 |

(i) Corresponde às dívidas oriundas de compras de matérias-primas, prestações de serviços e compras de materiais indiretos, bem como os saldos de Adiantamentos de Clientes.

(ii) Os saldos registrados na rubrica Salários e Encargos Sociais - RI, correspondem a dívidas oriundas de indenizações trabalhistas de colaboradores desligados no período entre janeiro e fevereiro de 2019 decorrentes do processo de reestruturação da Companhia, além dos saldos de salários devidos aos colaboradores que se mantiveram ativos.

A movimentação dos saldos inscritos na recuperação são como segue:

| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
|----------------------------------|------------------------|------------------------|
| Fornecedores - RJ (i) | 97.025 | 94.777 |
| Classe II - Garantia Real | 558.683 | 4.465 |
| Classe III - Quirografários | 3.099 | 3.350 |
| Classe IV - Quirografários EPPMP | 656.187 | 573.672 |
| Circulante | 933 | - |
| Não circulante | 655.254 | 573.672 |
| | 656.187 | 573.672 |

(i) Corresponde às dívidas oriundas de compras de matérias-primas, prestações de serviços e compras de materiais indiretos, bem como os saldos de Adiantamentos de Clientes.

(ii) Os saldos registrados na rubrica Salários e Encargos Sociais - RI, correspondem a dívidas oriundas de indenizações trabalhistas de colaboradores desligados no período entre janeiro e fevereiro de 2019 decorrentes do processo de reestruturação da Companhia, além dos saldos de salários devidos aos colaboradores que se mantiveram ativos.

A movimentação dos saldos inscritos na recuperação são como segue:

| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
|---|------------------------|------------------------|
| Contingências de naturezas: Tributárias e administrativas | 3.598 | - |
| | 3.598 | - |
| Trabalhistas e previdenciárias (a) | 39.941 | 32.483 |
| (-) Depósitos judiciais | (2.087) | (3.154) |
| | 37.854 | 29.329 |
| Chaves e ambientais | 6.199 | 5.610 |
| (-) Depósitos judiciais | (57) | (7) |
| | 6.142 | 5.603 |
| Total da provisão para contingências | 49.738 | 38.073 |
| (-) Depósitos judiciais | (2.124) | (3.201) |
| | 47.614 | 34.872 |

(a) As ações trabalhistas e previdenciárias decorrem do curso normal dos negócios da Companhia e se referem, substancialmente, a pedidos de verbas por ex-funcionários e discussões sobre cálculos e incidência de encargos previdenciários.

(i) Movimentação da provisão para contingências

Os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a movimentação da provisão para contingências foi como segue:

| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
|----------------------------------|------------------------|------------------------|
| Saldo inicial | 38.073 | 36.983 |
| Constituição (reversão), líquida | 8.798 | (2.523) |
| Atualização monetária | 2.867 | 1.611 |
| Saldo final | 49.738 | 38.073 |

(ii) Depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados

| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
|---|------------------------|------------------------|
| Tributárias e administrativas | 14.873 | 14.096 |
| Chaves e ambientais | 1.883 | 2.249 |
| Previdenciárias | 3.777 | 3.577 |
| Trabalhistas | 2.317 | 3.452 |
| Classificados como reduções da provisão para contingência | (2.124) | (3.201) |
| Saldo de Depósitos judiciais - ativo não circulante | 20.726 | 20.173 |

A Companhia possui ações de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, administrativa, civil e ambiental, envolvendo riscos de perda classificadas pela Administração e seus consultores jurídicos como passivo, para os quais não há provisão constituída, conforme composição demonstrada a seguir:

| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
|-------------------------------------|------------------------|------------------------|
| Tributárias e administrativas (i) | 235.540 | 230.078 |
| Trabalhistas e previdenciárias (ii) | 40.738 | 37.825 |
| Chaves e ambientais (iii) | 21.456 | 14.629 |
| | 297.734 | 282.532 |

Os valores apresentados acima estão atualizados monetariamente pela taxa SELIC ou, quando aplicável, correspondem aos valores atualizados pelos consultores jurídicos da Companhia.

(i) As ações tributárias referem-se, substancialmente, à autos de infração recebidos pela Companhia em decorrência de utilização de PIS e COFINS para compensação de IRPJ e CSLL, que são objetos de questionamento por parte das autoridades fiscais, conforme descrito no montante de R\$ 216.067 (R\$ 215.212 em 31 de dezembro de 2020). Adicionalmente a Companhia possui ações relacionadas à ICMS no montante de R\$ 13.953 (R\$ 14.866 em 31 de dezembro de 2020), em decorrência de autuações e discussões de entendimentos divergentes entre as autoridades fiscais e a Companhia. As principais ações encontram-se atualmente na esfera administrativa. A Companhia conta com apoio de consultores jurídicos para acompanhamento do andamento dos processos e avaliação dos prognósticos de perda, para os quais entende que a probabilidade de perda é "possível", portanto nenhuma provisão foi constituída.

(ii) As ações trabalhistas e previdenciárias decorrem do curso normal dos negócios da Companhia e se referem, substancialmente, a pedidos de verbas por ex-funcionários e discussões sobre cálculos e incidência de encargos previdenciários. A administração da Companhia conta com o andamento dos recursos processuais e, juntamente com seus consultores jurídicos avalia a existência de evidência de necessidade de desembolso de caixa.

(iii) As ações civis e ambientais - com pedidos de indenizações por danos morais aos moradores da comunidade próxima da fábrica - estão substancialmente relacionadas à Ação Civil Pública que tem como objeto a unidade de Paranaguá.

(iv) Ação Civil Pública na Unidade de Paranaguá - PR

Em fevereiro de 2009, os Ministérios Públicos Federal e Estadual do Paraná promularam Ação Civil Pública em que se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fostato Simples) de Paranaguá - PR.

No que tange a solicitação dos Ministérios Públicos para demolição das construções e desocupação da área, as chances de perda, amparada na posição de seus consultores jurídicos, são classificadas como remotas.

Em maio de 2018, foi proferida sentença de 1º Grau, parcialmente procedente, determinando a realização de um novo processo de licenciamento, com elaboração de Estudo e Relatório de Impacto Ambiental ("EIA/RIMA") e audiência pública, para retorno das atividades de produção de SSP (Super Fostato Simples), que no momento se encontram paralisadas com condenação da Companhia, em danos coletivos no valor de R\$ 500, o valor da prestação contabilizada atualizada é de R\$ 1.900 (R\$ 1.585 em 31 de dezembro de 2020).

Em estrito cumprimento à determinação da sentença, a Companhia vem conduzindo o processo de licenciamento ambiental, sendo que em julho de 2019 a Companhia protocolou o EIA/RIMA no órgão ambiental competente (IAT - Instituto Água e Terra), bem como submeteu o referido estudo de impacto ambiental à audiência pública realizada em dezembro de 2019. Atualmente o processo de licenciamento encontra-se em análise pelo órgão competente visando a emissão da Licença Prévia.

Em dezembro de 2020 foi publicado acórdão ("TRF4") que julgou as apelações da Companhia e o Ministério Público do Estado do Paraná, sendo negado o apelo das partes. Em face do acórdão proferido, as partes opuseram embargos de declaração. Em agosto de 2021 foi proferido acórdão ("TRF4"), que negou provimento aos Embargos de Declaração opostos pelas partes. Em face do acórdão que negou provimento aos recursos de apelação das partes partes a Companhia interpôs Recurso Especial em 16 de setembro de 2021, o qual foi proferida decisão em 10 de janeiro de 2022 admitindo o recurso especial interposto. Atualmente o agravo-se pela remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça para julgamento.

(v) Aquisição de créditos tributários e sua utilização para compensação com tributos devidos

Em fevereiro de 2003, a Companhia adquiriu créditos tributários decorrentes de inadimplido tributário federal. Para a operação foi firmado contrato de cessão dos créditos, objeto de averbação no Registro de Títulos e Documentos e, também, foi solicitada e deferida pela Vara Federal a substituição do polo ativo, decisão esta que, quanto a este ponto, também já transitou em julgado.

Em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 37.537 (R\$ 34.627 - em 31 de dezembro de 2020) refere-se à atualização monetária dos créditos decorrentes do PCA-E, o qual a Companhia aguarda a requisição de pagamento junto à União Federal.

(vi) Ação incidental de produção de provas

Conforme informado em Fato Relevante datado de 6 de fevereiro de 2020, um potencial investidor de forma retaliatória ingressou com uma Ação de Produção Antecipada de Provas contra a Companhia, em relação ao processo de recuperação judicial e peças contábeis disponibilizadas, em consequência de não ter obtido êxito nas negociações de aquisição do controle da Companhia em julho de 2019. O referido processo encontra-se em fase de conclusão de Laudo Pericial. A Administração da Companhia embasada por seus consultores jurídicos não vislumbra embasamento que suporte tal pedido, e portanto, nenhum reflexo desse tema foi reconhecido na demonstração financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

15. Patrimônio Líquido

(a) Capital social

O capital da Companhia é compreendido integralmente por ações ordinárias, sem valor nominal. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, quando aplicável, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social até o limite de 800,3 milhões de reais.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 585.518 está representado por 53.857.284 ações.

(b) Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial é composto pelo valor do custo atribuído (deemed cost) de terrenos e edificações que foi registrado de forma hipotética de acordo com o IFRS.

(c) Destinação dos resultados e reservas de lucros - incentivos fiscais

Em 31 de dezembro de 2021, o montante que seria destinado à reserva de lucros - Incentivos fiscais, no valor de R\$ 12.388, foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados. Esses incentivos fiscais são utilizados para absorção de prejuízos acumulados desde o início de 2006.

Até 31 de dezembro de 2021, os montantes anuais de incentivos fiscais que foram utilizados para absorção de prejuízos acumulados, e que, como antes mencionado, deverão ser restaurados como reserva de lucros quando houver lucro disponível, são como segue:

| | 2008 a 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Total |
|-----------------------------|-------------|-------|-------|--------|---------|
| PSDI (i) | 217.417 | 87 | - | 2.782 | 220.286 |
| Desenvolve (ii) | 17.405 | 1.499 | 4.741 | 9.606 | 33.251 |
| Outros incentivos recebidos | 6.685 | - | - | - | 6.685 |
| | 241.507 | 1.586 | 4.741 | 12.388 | 260.222 |

Benefício fiscal de redução de ICMS.

(i) Concedido a Companhia em dezembro de 2003 por participar do Programa Segregado de Desenvolvimento Industrial - PSDI - Governo do Estado de Sergipe, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 92% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) aplicado na unidade fabril de Rosário do Catete - SE. O programa tem vencimento em 26 de dezembro de 2028.

(ii) Concedido à Companhia em novembro de 2014 por participar do Programa Desenvolva - Governo do Estado da Bahia, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 90% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) aplicado na unidade fabril de Candéias - BA. O programa tem vencimento em 31 de outubro de 2026.

Os benefícios são registrados diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta "Lucros acumulados" para "Reserva de lucros de incentivos fiscais". Essas reservas podem ser utilizadas apenas para aumento de capital ou absorção de prejuízos decorrentes de operações de empréstimo, o montante absorvido deve ser posteriormente restaurado, na própria conta de reserva, na medida em que houver lucros líquidos disponíveis, de modo a evitar possíveis contingências tributárias, pois essa reserva não pode ser distribuída aos sócios sob pena da perda dos benefícios. Não há saldo de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido não há prejuízos acumulados.

16. Outros passivos

Os outros passivos são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
|-----------------------------------|------------------------|------------------------|
| Contas a pagar (i) | 11.909 | 15.157 |
| Demurrage a pagar (ii) | 70.976 | 12.638 |
| Custo de importação a pagar (iii) | 77.929 | 23.258 |
| Provisão de comissões | 6.747 | 4.972 |
| Rateio de importação | 3 | 45 |
| Representantes comerciais a pagar | 167.581 | 56.195 |
| | 177.145 | 112 |

(i) Refere-se a valores provisionados para pagamentos a assessores externos, que auxiliam a Companhia no processo de Recuperação Judicial, assim como, provisões para pagamentos de honorários advocatícios em decorrência de acordo firmados junto a alguns credores.

(ii) Refere-se a provisões de pagamentos de demurrages oriundos de processos de importação da Companhia, ao qual o aumento expressivo entre as bases computacionais está diretamente relacionada ao aumento do preço de fertilizantes, ao qual toda cadeia interna a operação aumenta a prestação de serviços correlatos.

(iii) Trata-se de provisões para pagamentos dos custos de importações, como por exemplo, operações portuárias, desembarques e demais serviços pertinentes, ao qual o aumento expressivo entre as bases comparativas está diretamente relacionada ao aumento do preço de fertilizantes.

17. Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do prejuízo básico por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhares, exceto valores por ação):

| | 31 de dezembro de 2021 | 31 de dezembro de 2020 |
|--|------------------------|------------------------|
| Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia | 667.210 | (199.183) |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares) | 53.857 | 53.857 |
| Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária - R\$ | 12.388 | (3.694) |

Os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não ocorreram transações com ações ordinárias potenciais diluidoras que gerassem diferença entre o resultado básico e o resultado diluído por ação ordinária. Não há diluição de prejuízos.

18. Receita operacional líquida

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

FERTILIZANTES HERINGER S.A.

CNPJ/MF 22.266.175/0001-88 - Em Recuperação Judicial

que não há, no momento, relevância na análise desses saldos por segmento. Em função de uma Ação Civil Pública proposta pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual do Paraná (vide Nota 14), em que se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fosfato Simples) de Paranaguá - PR, o resultado do segmento Industrial está negativamente impactado pela paralisação da referida planta. Atualmente, por força de medida liminar, portanto provisória, datada de 28 de abril de 2010, a Unidade de Acidulação, Granulação e Conversão de Enxofre encontra-se paralisada, como noticiado inclusive via fato relevante. No entanto, a Unidade de Mistura de Paranaguá encontra-se liberada e em funcionamento.

A produção anual da unidade industrial de Paranaguá - PR é de cerca de 250 mil toneladas (não auditado) de SSP (super fosfato simples) e 200 mil toneladas (não auditado) de ácido sulfúrico, o que atualmente representa cerca de 40% da nossa necessidade de SSP (não auditado), ou seja, 6% do total do nosso consumo de matérias-primas de fertilizantes (não auditado). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a depreciação da fábrica registrada no resultado foi de R\$ 117 (2020 - R\$ 1.075).

28. Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia procedeu com a alienação de sua unidade de mistura de Uberaba/MG conforme descrito na Nota 8 (ii).

Classe de ativos não circulante mantidos para venda:

| | 31 de dezembro de 2020 |
|----------------------------|------------------------|
| Edifícios e Construções | 10.534 |
| Imobilizações em andamento | 54 |
| Instalações | 34 |
| Máquinas e Equipamentos | 2.782 |
| Móveis e Utensílios | 80 |
| Terrenos | 2.281 |
| | <u>15.763</u> |

29. Evento subsequente

(a) Aprovação CADE – Contrato de Compra e Venda de Ações

Em 26 de janeiro de 2022, foi publicado o despacho SG Nº 88/2022 (“Despacho”) do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) contendo a aprovação, sem restrições, do Ato de Concentração nº 08700.000030/2022-54 por meio do qual se notificou a operação envolvendo a aquisição do controle indireto da Companhia pela EuroChem Comércio de Produtos Químicos Ltda.. Nesta linha, a administração da Companhia manteve-se engajada para conclusão da Operação, conforme descrito na Nota 1.

(b) Conclusão da Operação de Compra e Venda de Ações

Em 28 de março de 2022, a Companhia foi informada sobre a conclusão da operação de compra e venda, conforme mencionado na Nota 1 e publicado como fato relevante no dia 20 de dezembro de 2021. O acionista controlador Heringer Participações Ltda. alienou à Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda. a totalidade das quotas do capital social da controladora direta pelo valor total de R\$ 554.563. A Companhia publicou também nessa mesma data fato relevante acerca do tema.

(c) Ressarcimento de créditos tributários (IRPJ / CSLL)

Em 03 de fevereiro de 2022, a Receita Federal do Brasil, promoveu o depósito em conta bancária da Companhia o montante de R\$ 25.546, relativos a restituição do saldo negativo do IRPJ e CSLL do ano calendário 2017, retificando os esforços da Companhia para liquidação dos saldos de tributos a recuperar.

(d) Pedido de encerramento da Recuperação Judicial

Em 22 de março de 2022, a 2ª Vara Cível da Comarca de Paulínia concedeu o pedido de encerramento da Recuperação Judicial feito pela Companhia em 16 de fevereiro de 2022, em razão do (i) curso do prazo de 2 (dois) anos contados da concessão de sua Recuperação Judicial; e (ii) fiel cumprimento das obrigações assumidas no âmbito do plano aprovado.

(e) Conflito Rússia – Ucrânia

Como é de conhecimento público, no último dia 24 de fevereiro de 2022 a Rússia iniciou ofensiva contra a Ucrânia gerando assim um clima de incertezas. Também como é de conhecimento público a Rússia é um importante fornecedor de cloreto de potássio que é uma matéria prima de grande importância no processo produtivo da Companhia.

A administração da Companhia sabendo da relevância do tema em suas operações, vem acopanhamento os desdobramentos e eventuais impactos às suas operações. Dentre as ações e acompanhamento a administração da Companhia destaca:

i) A percepção de falta de suprimento de potássio para o Brasil é notada por todos os players, fornecedores e agricultores, devido às sanções impostas à Rússia, que é um dos principais fornecedores de potássio para o Brasil. Juntos, Rússia e Belarus respondem por aproximadamente 40% do potássio demandado pelo Brasil. O cloreto de potássio é de grande importância no processo produtivo da Companhia e está sempre no foco das atenções, e até o presente momento, a Companhia tem seu suprimento adequado em linha com a demanda prevista em seu orçamento para o primeiro semestre, que é normal no curso regular dos negócios.

ii) A Companhia continua mantendo contato com os demais produtores de potássio, discutindo possibilidades para equacionar o suprimento de potássio caso as dificuldades de obtenção de produto Russo venham a se confirmar. Entretanto as empresas Russas não sofreram sanções que impossibilitem a remessa de produto para o Brasil, muito embora, após o início do conflito o que se pode notar é certo aumento nos valores de fretes para arfretamento de navios oriundos do mar báltico, dado a restrição de alguns armadores em transportar produtos de origem Russa.

iii) Na análise da Companhia não existe riscos relevantes para os demais nutrientes, já que os fornecedores estão distribuídos em diferentes regiões ao redor do mundo.

iv) Os preços dos fertilizantes se encontram em patamares elevados, por outro lado, os valores da commodities agrícolas também se encontram em níveis elevados, fazendo com que as relações de troca produto agrícola versus fertilizante ainda tragam uma boa rentabilidade para os agricultores, proporcionando a Companhia a possibilidade de praticar preços de acordo com a reposição dos custos, principalmente pela preocupação do agricultor em garantir o fertilizante para a próxima safra.

Neste momento qualquer previsão em relação ao conflito e suas consequências é muito incerta. A Heringer está trabalhando no sentido de mitigar os riscos de abastecimento, buscando a todo instante alternativas possíveis para atender a sua demanda e como estratégia para evitar riscos maiores, está trabalhando no sentido de alongar um pouco mais sua cobertura de estoque.

A administração continuará monitorando a evolução e desenvolvimentos do conflito e seus impactos sobre as operações da Companhia, clientes e fornecedores. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui ativos ou passivos materiais expostos a Rússia, Belarus ou Ucrânia, portanto nenhum impacto contábil relevante foi identificado até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Fertilizantes Heringer S.A. - em Recuperação Judicial

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fertilizantes Heringer S.A. - em Recuperação Judicial (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fertilizantes Heringer S.A. - em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Estimativas utilizadas na avaliação do valor recuperável de ativos imobilizados de unidades hibernadas (Notas 2.7.1(c) e 10(ii))

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, os seguintes procedimentos:

- Atualizamos o entendimento do processo realizado pela diretoria da Companhia para definição das Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”), e mensuração do valor recuperável dos ativos imobilizados das unidades hibernadas.
- Avaliamos a competência, habilidade e objetividade dos avaliadores externos contratados pela Companhia para a avaliação ao valor justo dos referidos ativos.
- Efetuamos, com o apoio de nossos especialistas em avaliação de ativos, a análise das bases perdidas por redução ao valor recuperável (*impairment*) no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e das principais premissas utilizadas para mensuração do valor justo, líquido das despesas de venda dos ativos imobilizados.
- Efetuamos leitura das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o tema nas notas explicativas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria da Companhia para determinação do valor recuperável dos ativos imobilizados das unidades hibernadas, bem como as divulgações efetuadas em notas explicativas, são consistentes com as evidências obtidas.

Recuperabilidade dos créditos tributários de PIS e COFINS (Nota 6)

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tem saldos de PIS e COFINS a recuperar no montante de R\$ 222.464 mil, decorrentes da tomada de créditos na aquisição de insumos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento e a avaliação dos controles internos relevantes e procedimentos adotados pela Companhia para a tomada dos créditos de PIS e COFINS.

Recalculamos, em base de testes, os créditos tomados sobre insumos. Avaliamos os mecanismos da Companhia para suportar as respostas da administração aos questionamentos das autoridades fiscais quanto a autorização à utilização dos referidos créditos. Com o apoio de especialistas tributários, efetuamos leitura dos questionamentos efetuados pelas autoridades fiscais quanto ao conceito de “insumo” adotado pela Companhia, e discutimos com a administração suas conclusões, fundamentadas em opinião legal de assessores jurídicos da Companhia. Efetuamos leitura das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o tema nas notas explicativas. Consideramos que os critérios e mecanismos utilizados pela diretoria da Companhia para o reconhecimento dos referidos créditos tributários, bem como as divulgações em notas explicativas, são consistentes com as evidências que obtivemos.

Contingências tributária, previdenciária, trabalhista, cível e ambiental (Notas 2.7.1(a) e 14)

A Companhia é parte passiva (“Ré”) em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, cível e ambiental originados no curso normal de suas atividades. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui provisão para contingências no montante de R\$ 47.614 mil para fazer face a esses riscos, bem como divulga os passivos contingentes relevantes. A determinação do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, bem como a classificação das probabilidades de perda, exigem julgamento significativo da Companhia. Devido à complexidade e incertezas relacionadas aos aspectos legais e constitucionais envolvidos em temas tributários, previdenciários, trabalhistas, cíveis e ambientais e seus possíveis impactos nas demonstrações contábeis, mantivemos o foco de nossos trabalhos nesta área.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CFC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a declarar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/0-5

Eduardo Dias Vendramini Contador CRC 1SP220017/0-4

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia FERTILIZANTES HERINGER S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias examinou o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e o estudo técnico de viabilidade de geração de lucros tributáveis, trazidos a valor presente, que tem por objetivo a realização de Ativo Fiscal Diferido, de acordo com o artigo 4º, da Instrução CVM nº. 371, de 27 de junho de 2002 e a vista do relatório do auditor independente (PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes), datado de 28 de março de 2022. Após estes exames, opina no sentido de que os mencionados relatórios e demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, e estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. Dessa forma, manifestando-se nos termos do artigo 163 da Lei nº 6.404/76, favoráveis à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

Viana – ES, 28 de março de 2022.

ALFREDO GONÇALVES MARTINS - Presidente do Conselho Fiscal

PEDRO GILBERTO DE SOUZA GOMES - Conselheiro

MANUEL JEREMIAS LEITE CALDAS - Conselheiro

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, o Diretor Geral e os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

Composição da Diretoria

Dalton Carlos Heringer

Diretor-Presidente, Diretor Administrativo, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e Diretor de Controladoria

Alfredo Fardin - Diretor de Suprimentos e Logística

Ulisses Maestri - Diretor Comercial e Diretor Técnico

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, o Diretor Geral e os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

